Última viagem do Governador Agamenon Magalhães à Paraíba, 1952.

CAPÍTULO III

A REDEMOCRATIZAÇÃO E O SISTEMA PARTIDÁRIO: O PSD DE AGAMENON MAGALHÃES

1. OS LIMITES DA REDEMOCRATIZAÇÃO

Após longo período de estabilidade política, marcado pelo autoritarismo estadonovista, inicia-se um processo gradual de instalação da ordem democrática. Sem dúvida, as modificações da conjuntura internacional, com a configurada vitória dos aliados, contribuíam para aumentar as dissensões internas na política brasileira, e a implantação de um regime em novas bases se fazia necessária. Para a viabilização deste projeto, uma série de transformações nas regras do jogo político se tornavam imprescindíveis. Isto, entretanto, não exigia uma mudança radical na elite que detinha o poder. Esta era uma das particularidades do nosso momento histórico.

Coube ao governo central, e mais especificamente ao Ministério da Justiça, elaborar uma legislação que se coadunasse com os novos rumos da política. A perspectiva de uma democracia representativa pressupunha a criação de uma série de instrumentos e mecanismos extintos desde novembro de 1937. É neste sentido que, no dia 28 de fevereiro de 1945, Getúlio Vargas decreta a Lei Constitucional no. 9, também chamada Ato Adicional, modificando vários artigos da Constituição de 1937 e determinando que dentro de 90 dias fossem fixadas as datas para as eleições gerais no país. [1]

O retorno à ordem democrática, através de um processo eleitoral, com votação secreta e direta em todos os níveis, era uma questão fundamental para os opositores do Estado Novo. O processo de redemocratização caminhava de forma praticamente irreversível, e os dois grupos — oposicionistas e situacionis-

tas — preparavam-se para enfrentá-la da melhor maneira possível. Já em fevereiro de 45, é publicada uma importante entrevista de José Américo de Almeida, pregando o fim do autoritarismo. Uma série de manifestações desta natureza é realizada, e a oposição ao Estado Novo aglutina-se em torno da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República: esta candidatura passa a ser o pólo catalizador daqueles que exigiam a queda da ditadura.

É neste quadro de incertezas e de mudanças que Vargas, preocupado em se cercar de pessoas confiáveis e experientes no exercício de poder, convida, em fevereiro de 1945, o interventor pernambucano Agamenon Magalhães para assumir o Ministério da Justiça, cargo de extrema importância diante das reformulações políticas então em pauta.

Saindo da interventoria de Pernambuco para ser um dos principais articuladores da "abertura política", Agamenon, à frente do Ministério da Justiça, defende a elaboração de uma legislação eleitoral que tivesse por fundamento os seguintes postulados: a) partidos nacionais; b) Justiça Eleitoral autônoma; c) alistamento simples e extenso; d) voto secreto; e) apuração rápida e imediata dos votos. [2]

A proposta de criação de partidos políticos de âmbito nacional provoca uma série de polêmicas no seio da elite responsável pela redemocratização. Enquanto o ministro Agamenon, juntamente com Vargas, defendia esta idéia, alguns outros interventores, como Benedito Valadares (MG) e Fernando Costa (SP), pregavam a tese de criação dos partidos regionais. Até então nunca existira no Brasil partidos de âmbito nacional, sendo esta uma das tentativas frustradas da Revolução de 30, defendida principalmente pelos setores tenentistas. [3] Segundo Agamenon Magalhães, "não se explicaria que nessa altura da nossa evolução política voltássemos aos partidos estaduais e à fragmentação da opinião e da representação parlamentar. O Parlamento que se vai organizar tem que resolver os problemas de ordem financeira e econômica, reajustamentos políticos e sociais (. . .). O que se impõe é que as correntes de opinião nacional se enquadrem em grandes partidos, com programa e ação definida, alcançando a homogeneidade necessária". [4] Vitoriosa a proposta de criação de partidos de âmbito nacional, o governo parte para uma definição mais precisa das novas regras institucionais.

Finalmente, no dia 28 de maio de 1945 era decretado o novo Código Eleitoral (Decreto no. 7.586), também conhecido como "Lei Agamenon". Este fixava para 2 de dezembro de 45 a eleição para presidente da República e para o Congresso Constituinte, ficando marcadas para 6 de maio do ano seguinte as eleições de governadores, assembléias legislativas estaduais, prefeituras e câmaras municipais.

Apesar das inovações adotadas pela "Lei Agamenon", esta continha alguns aspectos que facilitavam a continuidade no poder do grupo politicamente dominante. Vejamos alguns pontos-chaves desta legislação eleitoral:

a) A concessão e cassação do registro partidário ficaria a cargo do Tribunal Superior Eleitoral: este poderia negar registro a qualquer partido que ferisse os princípios democráticos ou os direitos fundamentais do homem, como definidos pela Constituição. Cancelando de imediato o registro de 16 agremiações que haviam conseguido o registro provisório, esta medida inviabilizava a organização de partidos radicais ou mais ideológicos. Apesar do Partido Comunista do Brasil ter conseguido em 1945, com grandes dificuldades, registrar-se enquanto partido, em 7 de maio de 1947 o seu registro foi definitivamente cancelado. [5]

b) Um partido somente poderia ser registrado se conseguisse assinatura de 10 mil eleitores, distribuídos em um mínimo de cinco estados da federação. Apesar de ter o objetivo de impedir a formação de partidos regionais, esta medida, sem dúvida, favorecia as agremiações que tinham mais base na estrutura de poder. Também ficava estabelecido que qualquer partido teria que atingir nas eleições gerais um mínimo de cinqüenta mil votos em todo o país e eleger pelo menos um representante para o Congresso Nacional.

c) Os candidatos só poderiam disputar as eleições com apoio de partidos, alianças ou coligações partidárias. Nas eleições majoritárias o candidato poderia inscrever-se em diversas legendas, mas nas proporcionais em apenas uma. Entretanto, um candidato poderia concorrer simultaneamente para vários cargos em um ou mais estados da federação. Getúlio Vargas, por exemplo, chegou a ser eleito senador por 2 estados e deputado por 7, beneficiando, pelo sistema de sobras, uma lista infindável de candidatos pouco votados. Apesar de incentivar a vida partidária, esta medida estimulava também o desenvolvimento das lideranças pessoais, criando muitas vezes um confronto entre líderes e partidos.

d) Nas eleições para presidente da República, governador, senador e prefeito, vigoraria o princípio majoritário; mas para a Câmara dos Deputados, assembléias estaduais e câmaras municipais, o princípio era de representação proporcional. Na representação proporcional, o quociente eleitoral era conseguido através da divisão do número de votos válidos e brancos pelo número de cadeiras a ser preenchido. A representação de cada partido era determinada dividindo-se a votação do partido pelo quociente eleitoral. Deste modo, o chamado "mecanismo de sobras" entraria em funcionamento. Ou seja, os lugares não preenchidos seriam dados ao partido que obtivesse o maior número de votos na eleição, e dentro deste partido ao candidato mais votado.

e) Foi instituído o alistamento eleitoral *ex-officio*. Isto é, alegando-se a falta de recursos e mesmo a lentidão do alistamento eleitoral, foi permitido o registro de blocos de eleitores, baseado em listas preparadas por empregadores e agências governamentais. Neste particular, o

controle dos eleitores por parte do governo era bastante facilitado. Este mecanismo vigorou até 24 de julho de 1950, quando passou a ser exigido o alistamento individual.

Com pequenas modificações, a maioria destas questões será referendada pela Constituinte de 46. O Codigo Eleitoral de 45 e a Constituição Federal de 46 são os dois estatutos legais básicos que regerão todo o funcionamento do sistema partidário e eleitoral durante o período democrático. Detalhadamente estudada por alguns autores, esta legislação é criticada pelo seu caráter elitista e excludente, representando inclusive uma "camisa-de-força" para o pleno funcionamento do sistema partidário. [6]

Entretanto, apesar de todos estes "casuísmos" incorporados à legislação eleitoral, uma importante questão se colocava para as forças situacionistas. Caso as oposições conseguissem nas eleições de dezembro de 45 eleger o novo presidente da República, as chances de vitória para o grupo estadonovista nas eleições estaduais de maio de 46 ficariam praticamente eliminadas. Ou seja, o presidente eleito teria um prazo de 5 meses para reorganizar a vida política do país, podendo, neste ínterim, modificar a legislação eleitoral, substituir interventores, etc.

Visando a acabar com este descompasso, em outubro é elaborado o Decreto-lei no. 8.063, regulando as eleições para governadores, Câmaras e assembléias estaduais. Em linhas gerais, este novo decreto, que em certo sentido complementava o Ato Adicional no. 9, estabelecia o seguinte: 1) As eleições de governadores e assembléias legislativas estaduais deveriam se realizar concomitantemente às de presidente da República e Câmara Federal, já marcadas para o dia 2 de dezembro de 45; 2) Exigia para o registro de candidaturas o afastamento de cargos públicos referidos na lei eleitoral em vigor; 3) Os interventores deveriam outorgar, no prazo mínimo de 20 dias, a contar da data da assinatura do decreto, as cartas constitucionais dos respectivos estados, nos termos da Constituição de 37.

A oposição brasileira posiciona-se radicalmente contra tal medida, considerando-a mais uma manobra golpista que possibilitaria o continuismo da elite estadonovista no poder. Classificando o Decreto-lei 8.063 de "monstrengo jurídico-político", os setores oposicionistas afirmavam que, sendo os interventores "meros prepostos do poder central", seria inadmissível que coubesse a estes "outorgar as constituições estaduais, ampliando-se ainda mais os poderes de que dispunham para fraudar o processo eleitoral". [7]

Inegavelmente, a preocupação em deter o controle do jogo político havia sido um dado presente em todo o processo de estabelecimento das regras democráticas, só que, desta vez, o poder central havia sido bastante inábil. Este novo decreto-lei acirra os ânimos dos grupos oposicionistas que, recorrendo às forças armadas, precipitam os acontecimentos. No dia 29 de outubro, através de um golpe militar, Vargas é deposto. Estava extinto oficialmente o Estado Novo.

José Linhares, presidente do Superior Tribunal Federal, passa a ocupar o cargo de presidente da República. Reafirmadas as eleições presidenciais para 2 de dezembro de 1945 e adiando-se por alguns meses as eleições estaduais, cabia ao Poder Judiciário presidir o processo eleitoral em todos os níveis. [8] Imediatamente ocorrem as substituições dos interventores nos diversos estados do país.

Em certo sentido, a oposição brasileira havia atingido os seus objetivos. Entretanto, a relativa vitória oposicionista em impedir a coincidência das eleições federais e estaduais "vinha tarde demais, no que diz respeito às chances da oposição, pois a essa altura já as organizações municipais do PSD estavam formadas e a maior parte do registro eleitoral fora feito. Assim sendo, nem a administração do processo eleitoral pelo Judiciário, nem a demissão dos interventores e dos prefeitos municipais significaram de fato o desmantelamento da máquina política do Estado Novo". [9]

Se para a política brasileira, no geral, esta afirmação nos parece bastante válida, no caso pernambucano ela retrata de modo significativo o período da redemocratização, onde o grupo politicamente dominante durante o Estado Novo, apesar das suas cisões, deterá através do seu novo instrumento — o Partido Social Democrático — o controle do poder estadual por um largo período.

2. PERNAMBUCO E O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO

Diante das perspectivas de redemocratização, Agamenon Magalhães, ao assumir o Ministério da Justiça, em fevereiro de 1945, indica Etelvino Lins interventor em Pernambuco. No dia da sua nomeação para a pasta da Justiça, Agamenon, em discurso de típico estilo populista, lança um apelo ao povo pernambucano, enaltecendo o prestígio alcançado pelo estado graças à sua atuação: "As contingências do momento afastam-me do governo de Pernambuco para exercer a pasta da Justiça numa hora de transição e reformas políticas. Espero que o povo de Pernambuco compreenda a minha atitude e receba com apreço à sua pugnacidade e ao seu civismo o fato do governo da República ir buscar, nesta conjuntura, um homem de Pernambuco para o Ministério da Justiça. . . Deixo o meu estado próspero e em ordem, com um prestígio jamais alcançado em qualquer outra época da sua história". Ressaltando sempre o tema da justiça social e do seu posicionamento "ao lado dos fracos, porque estes é que mais precisam da proteção do Estado. . ." Agamenon reafirma também o seu papel de chefe e guia político: "Estarei em todas as horas com Pernambuco e com o seu povo. . . todas as vezes que nesse sentido for necessário um conselho, peço que ouçam a minha palavra leal e amiga. . ." [10]

Dirigindo a interventoria de março a novembro de 1945, Etelvino Lins, secretário de Segurança Pública durante o regime autoritário e notabilizado pelo seu combate feroz ao comunismo, representava, sem dúvida, um dos mais autênticos elementos da máquina estadonovista.

No seu discurso de posse, Etelvino Lins, além de se apresentar como discípulo de Agamenon, reafirma todo o autoritarismo do período anterior, destoando em certo sentido do clima de "abertura" democrática vivido pelo país: "O governo Agamenon Magalhães e o que ora se inicia sob a responsabilidade de um dos seus discípulos não temerão a crítica dos seus atos. *Se a idéia de alguns é a preparação de um ambiente favorável à ação subversiva, através de um cálculo do enfraquecimento do princípio de autoridade, neste terreno não encontrarão o governo e as classes armadas desprevenidas. . .*". A única ressalva feita é para a chamada "crítica construtiva", onde o espaço para os oposicionistas ao regime tem limites claros: "A crítica honesta, a crítica construtiva e elevada, o respeito mútuo e não o insulto que gera a violência e a desordem, serenidade e não exaltação, essa deve ser a conduta dos que, pela imprensa, pelo rádio e na praça pública, poderão sustentar idéias e princípios".[11] Em certo sentido, é este o espírito com que a elite política pernambucana vai conduzir o processo de transição para a ordem democrática no estado.

E é dentro deste clima que, imediatamente após a saída de Agamenon Magalhães da interventoria, ocorre um fato grave, que em muito contribui para desgastar o governo diante da opinião pública estadual e nacional: o famoso *3 de março de 1945*. Os estudantes da Faculdade de Direito de Recife, em nota publicada no *Diario de Pernambuco*, convocam a população para participar de um ato público em apoio à candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República. Por outro lado, o governo, através da imprensa situacionista, aciona os seus mecanismos de apoio político, construídos durante o Estado Novo, para impedir a manifestação. Mais de trinta dirigentes sindicais do estado, liderados por Lamartine de Holanda Cavalcanti, presidente da Federação dos Empregados no Comércio do Norte e Nordeste, assinam manifesto de repúdio ao ato público. "Nosso protesto formal contra atitudes que impliquem em perturbações da ordem e que nos colocam ao lado das autoridades, prestigiando-as e ajudando-as na defesa da sociedade contra a minoria apaixonada e atrevida".[12] Apesar das contestações oficiais, a manifestação é realizada, mas termina diante de grave confronto na pracinha do Diario de Pernambuco. Vários oposicionistas são feridos e, como conseqüência do tiroteio, morrem o estudante Demócrito de Souza Filho e o carvoeiro Manoel Elias.

Neste mesmo dia o *Diario de Pernambuco* tem a sua circulação proibida, proibição que se estende por 35 dias. Várias prisões são efetuadas, dentre elas as dos intelectuais Gilberto Freyre e Aníbal Fernandes.[13]

A versão oficial do governo sobre o episódio era de que a agitação e o próprio tiroteio foram provocados pelo *Diario de Pernambuco;* quando a polícia chegou ao local já encontrou tudo encerrado e apenas atirou para o ar.[14]

A Secretaria de Segurança Pública emite a seguinte nota oficial: "O povo pernambucano está suficientemente inteirado da atitude que o *Diario de Pernambuco* vem assumindo da mais franca agitação subversiva. Insuflando por todos os meios a discórdia social, explorando a classe universitária, na qual vem fomentando incoercíveis paixões políticas, o *Diario de Pernambuco* é responsável por um período de preparação e agitação que culminou, recentemente, com fatos deploráveis, devido única e exclusivamente à maneira como esse órgão de imprensa vem infiltrando o ódio e a dissensão na sociedade pernambucana. Através dos seus editoriais, pregando idéias revolucionárias e destruidoras. . . a ação do *Diario de Pernambuco* vem se afirmar cada vez mais anárquica. Ultimamente esse jornal tomou a mais insólita atitude contra o presidente Getúlio Vargas, publicando em manchete que o chefe do governo nacional deveria ser deposto. . .".[15]

Os protestos contra o governo estadual repercutem em todo o Brasil. Tanto o enterro como a missa de 7o. dia do estudante Demócrito de Souza Filho transformam-se em grandes atos políticos, conseguindo aglutinar milhares de oposicionistas. No Rio de Janeiro, os grandes opositores nacionais ao Estado Novo também participam de tais manifestações: José Américo, Flores da Cunha, João Mangabeira, Prado Kelly, Artur Bernardes, Virgílio de Mello Franco, Maurício de Lacerda e muitos outros.

Diferentemente de outros estados da federação, onde o clima político era bem menos tenso, em Pernambuco as perseguições continuavam e a polícia permanecia quase que de prontidão para conter os eventuais "excessos" oposicionistas.

Adotando uma linha de continuismo em relação à administração anterior, Etelvino Lins praticamente mantém todo o quadro político-administrativo, nomeando apenas para substituí-lo na Secretaria de Segurança Pública o delegado de polícia Fábio Correia.

Ao assumir o comando do Estado em um momento de grande efervescência política e muito marcado pelo episódio "3 de março", Etelvino sofre sérias restrições por parte dos setores oposicionistas que, após 8 anos de total alijamento, esboçam suas contestações ao regime. O grande desafio em pauta era conciliar a manutenção do autoritarismo com a adoção de mecanismos mais democráticos exigidos pela conjuntura.

Neste quadro, onde o próprio comando da abertura cabia àqueles que detinham o controle do aparelho de estado, as dificuldades para a oposição eram muitas. Grande parte dos sindicatos encontra-se controlada pela máquina estado-novista, e os demais setores sociais bastante desarticulados. O *Diario de Pernambuco* passa a ser o porta-voz da oposição, que contava com uma participação expressiva de estudantes e intelectuais, dentre estes Aníbal Fernandes, Gilberto Freyre, Olívio Montenegro e Antiógenes Chaves.

Sendo este um momento de transição para a construção da ordem democrática, algumas questões novas se impunham, e a tarefa prioritária do interven-

rocratizada, consolidada no Estado Novo e cujos traços básicos permaneceram no pós-45. Controlando apenas recursos secundários, sem conseguir influir efetivamente na formulação de opções políticas, os partidos teriam sido impedidos de se desenvolverem enquanto organizações autônomas, capazes de impor alternativas políticas que expressassem os interesses de suas bases sociais. Como conseqüência maior, os partidos não foram, em seu conjunto, ou enquanto sistema, uma instituição governativa. Ou seja, no período 1945-64 inexistiram no Brasil governos partidários.

Optando por uma "perspectiva internalista", Olavo Brasil Lima Júnior enfatiza o lado do artificialismo do nosso sistema partidário, centrando a sua análise nas características internas de cada partido e em seu inter-relacionamento com as demais agremiações partidárias. Ou seja, busca descrever a própria dinâmica do sistema partidário independentemente dos seus vínculos com a estrutura social ou com o sistema político. Segundo o autor, a própria legislação partidária eleitoral trazia no seu bojo os germes da destruição do nosso sistema partidário.[19]

Mesmo admitindo que o nosso sistema eleitoral nasceu sob um signo ideológico desfavorável e que a própria legislação eleitoral provocou distorções na evolução do nosso sistema partidário, concordamos que os partidos vigentes no Brasil a partir de 1945 eram partidos reais, no sentido de que, bem ou mal, se articulavam em torno de clivagens político-sociais importantes. [20]

Entendendo o PSD pernambucano enquanto um instrumento de exercício e organização do poder no Estado, tentaremos buscar a identidade do partido junto aos diversos setores sociais, evitando, de um lado, "os modelos de explicação carentes de lastro empírico, que não hesitam em referir organizações partidárias às classes fundamentais, e, de outro, as análises veiculadas pelo politicismo, que fazem pouco caso das relações entre grupos políticos e forças sociais".[21]

Além de dissecar a função representativa do PSD, buscaremos também detectar a sua função governativa, não abandonando a relação entre partido e Estado, por ser este um *locus* especial para a implementação de decisões políticas.

Mesmo privilegiando durante o desenrolar da nossa pesquisa o estudo do PSD, teremos algumas considerações sobre as outras agremiações partidárias estaduais, particularmente em suas alianças ou oposições ao PSD. Ou seja, a força e a fraqueza desta agremiação será sempre analisada em relação aos demais partidos locais.

Deteremos parte da nossa análise nos períodos eleitorais, por serem esses momentos de grande riqueza para detectarmos alianças, cisões e redefinições políticas. Além do mais, a ênfase nestes períodos se explica pelo fato de não serem nossas instituições partidárias — à exceção do Partido Comunista ou outros agru-

pamentos de esquerda — agremiações de militância cotidiana. Entretanto, pelo fato de o PSD assumir em diversas legislaturas consecutivas o governo de Pernambuco, analisaremos também algumas fases da administração estadual, tentando captar o processo de "policy making", ou seja, o tipo de política implementada pela elite pessedista nos momentos em que ela esteve controlando o poder.

3.2. Origem do PSD

Oficialmente, a criação do novo sistema partidário brasileiro se dá a 28 de maio de 45. Entretanto, as articulações para a constituição dos partidos políticos vinham sendo feitas há bastante tempo. O "Manifesto dos Mineiros", publicado em outubro de 43, representando o início da oposição aberta ao Estado Novo, simboliza um marco na formação da União Democrática Nacional, cuja organização, em linhas gerais, data de 44.

Paralelamente, surgia de dentro do Estado o embrião do futuro Partido Social Democrático, cujas fases eram montadas a partir das diversas interventorias estaduais. Em maio de 45, com o lançamento oficial da candidatura Eurico Dutra à presidência da República, a máquina getulista acelera, via interventorias, as articulações para a consolidação do chamado partido oficial. A primeira convenção nacional do PSD ocorre em 17 de julho de 1945 e nesta ocasião é eleito o diretório nacional, composto por Getúlio Vargas (presidente) e pelos seus principais assessores durante o Estado Novo. Entre estes, estavam na linha de frente Benedito Valadares, interventor em Minas Gerais, (1o. vice-presidente), Fernando Costa, interventor em São Paulo (2o. vice-presidente), Ernâni Amaral Peixoto, interventor no estado do Rio de Janeiro, e Agamenon Magalhães. [22] Criado de cima para baixo, "o PSD se organizou nos estados sob a chefia dos interventores ou daquelas pessoas de grande projeção política diretamente ligadas à interventoria. A criação do PSD é considerada o resumo do padrão de organização política depois de 8 anos da vigência do Estado Novo". [23]

Em Pernambuco, a tarefa de estruturar o PSD coube ao interventor Etelvino Lins. Através de órgãos administrativos, sindicatos, entidades diversas e da própria imprensa, o governo estadual colocava a máquina administrativa à disposição da causa partidária.

Um mecanismo legal bastante utilizado no período foi o alistamento eleitoral "ex-officio"; segundo o Código Eleitoral, era permitido o registro em bloco de eleitores através de listas preparadas por empregadores e agências governamentais. Fazendo considerável uso deste expediente, o governo não só detinha o controle de parte do eleitorado, como facilitava o esquema de filiação nas hostes pessedistas.

No meio rural, o Sistema de Cooperativas criado durante o Estado Novo prestou grande contribuição para a formação do PSD. Segundo o presidente do Departamento de Assistência às Cooperativas, José Costa Porto, em 1945 houve

uma enorme preocupação por parte do governo em transformar os presidentes de cooperativas em chefes dos diretórios municipais do PSD que iam se articulando por todo o interior do estado. "O golpe de 37 acabou com a política, mas não podia acabar com as lideranças políticas. Eu ia organizar as cooperativas no interior. Qual a pessoa que podia dirigir as cooperativas? O chefe político que tem prestígio. E sensivelmente entregamos as cooperativas aos chefes locais. . . Eu fui acusado de ter entregue as cooperativas aos políticos. Não: eu entreguei a política às cooperativas. . ." [24]

Este mesmo tipo de visão é compartilhado por Barbosa Lima Sobrinho, também um dos articuladores do PSD pernambucano: "A idéia era procurar quem pudesse assegurar a vitória nos municípios. . . No fundo, a organização não era nacional, era estadual. . . São as divergências municipais que vão preponderar e realmente decidir que elementos vão compor os partidos políticos. Vamos imaginar num caso concreto, Limoeiro, em Pernambuco. Não interessava saber quais eram as idéias do velho Chico Heráclio. O que interessava era saber se ele tinha prestígio político e muitos votos. Oferecia-se a ele o apoio do PSD e o direito de ter as autoridades locais, uma vez que apoiasse o partido. . . A preocupação partidária era ter força no município. . . Ganhava as eleições quem reunisse os chefes políticos de maior prestígio. . ." [25]

Articulado o partido em todo o estado, no dia 9 de julho o PSD/PE realiza a sua primeira convenção, escolhendo Agamenon Magalhães para presidente da comissão executiva, Etelvino Lins 1o. vice, Novaes Filho 2o. vice, Osvaldo Lima 1o. secretário e João Ferreira Lima 2o. secretário. Compunham ainda a comissão executiva Barbosa Lima Sobrinho, Apolônio Sales, Sebastião do Rego Barros, Torres Galvão, Manuel Neto Carneiro Campelo, Hélio Coutinho, Gercino de Pontes, Oscar Carneiro, Manuel de Brito, Luiz Dubeux e Edgar Moury Fernandes. [26] Etelvino Lins, neste momento interventor no estado, faz discurso na ocasião saudando a escolha de Agamenon para a presidência do partido, afirmando que "a sua obra será a bandeira de propaganda do PSD pernambucano". [27]

É importante salientar que a comissão executiva do partido era composta basicamente por membros da burocracia estadonovista. Entretanto, além dos auxiliares diretos da interventoria, houve uma preocupação em colocar no organismo principal do partido elementos representativos dos mais significativos setores sociais. Enquanto, por exemplo, Manuel Neto Carneiro Campelo participava do diretório como o representante dos plantadores de cana e Hélio Coutinho representava os bangüezeiros, Luiz Dubeux era o representante dos usineiros. Apesar deste setor se encontrar bastante afastado do governo, estando suas figuras mais expressivas na UDN, esta inclusão era o exemplo típico do sucesso da política adotada durante o Estado Novo. Conforme o já visto anteriormente, quando Agamenon assumiu a interventoria pernambucana em dezembro de 1937, uma das suas táticas foi colocar em todos os órgãos administrativos e entidades classistas pessoas comprometidas politicamente com a nova ordem. É neste sentido que Luiz Dubeux, apesar da sua pouca representatividade, é "nomeado"

no início do Estado Novo presidente da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco. No período da redemocratização ele vai ser o representante do setor na comissão executiva do PSD pernambucano.

Este é o caso também da indicação para a comissão executiva de Edgar Moury Fernandes, liderança operária atuante, que havia sido incorporado ao esquema governamental durante o Estado Novo. [28]

Do ponto de vista da composição social, o PSD pernambucano, formado principalmente por membros da burocracia estatal, contava com forte apoio dos "coronéis" do Agreste e do Sertão, sobretudo o setor vinculado à oligarquia algodoeira e pecuarista.

Esta relação estreita entre o PSD e os famosos "coronéis" do interior pode ser percebida durante todo o período. Diz Cid Sampaio que "a grande maioria das classes conservadoras estava com o governo e se integrou no PSD. Do mesmo modo os coronéis sertanejos, porque os 15 anos de ditadura permitiram o controle político arbitrário que dava o mando, dava o poder, o poder com características de ditadura, o poder que não dependia da comunidade, que não dependia de ninguém. Dependia do prestígio que lhe transferia o interventor. Desse modo, criou-se uma estrutura política fortíssima, baseada principalmente (que era a filosofia do Estado Novo) no uso da força, no uso da violência. Então o Estado Novo, que aqui perseguia e não dava guarida a quem quer que o contestasse ou se insurgisse contra ele, criou uma estrutura política. Os coronéis do interior, cuja força decorria do apoio que tinham pelo uso da justiça, pelo uso da política, pelo uso de toda a estrutura de governo, se tornaram mais fortes depois de 15 anos de ditadura e, evidentemente, se ajustavam com o governo". [29]

Sem dúvida, a política agrícola defendida por Agamenon Magalhães, baseada no pensamento dos ruralistas do início do século — entre eles Alberto Torres — na defesa da pequena propriedade, no incentivo à policultura, na ressurreição do Sertão e na criação de um sistema de cooperativas, legitimava e consolidava as bases de uma política que viria a ser capitalizada pelo PSD. Do grande coronel ao pequeno produtor, o mundo rural se alinhava no partido oficial. Não é por acaso que eram os "currais eleitorais" os grandes fornecedores de votos para o partido majoritário em Pernambuco.

Ao nível ideológico, é bastante significativo como estes importantes chefes políticos possuíam um arraigado espírito pessedista. A pesquisa de Marcos Vinícios Vilaça e Roberto Cavalcanti de Albuquerque, analisando quatro dos mais importantes chefes políticos do estado, é bastante elucidativa sobre esta questão. Os coronéis mais representativos faziam parte do diretório estadual do partido que ajudaram a fundar e a se firmar politicamente. Quando a crise interna do PSD conduziu ao afastamento de alguns destes chefes, eles jamais admitiram ter saído voluntariamente do partido: este é que os havia abandonado. [30] O respeito pelo PSD era tal que, enquanto consideravam o PSD partido abençoado

por Deus, a UDN era "uma espécie de maldição, até mesmo para aqueles que dela se aproximam". Quanto a Agamenon, todos reconheciam nele o seu chefe supremo: "O PSD e a sua bancada são o seu sangue, e creio que jamais poderá derramá-lo". [31]

De um modo geral, os parlamentares pessedistas serão homens de classe média, membros da burocracia estatal, eleitos geralmente com o apoio do mundo rural.

Entretanto, a grande fraqueza do partido se dava na capital pernambucana, onde as forças oposicionistas conseguiam sempre sair vitoriosas eleitoralmente. Mas o contingente de votos do interior do estado possibilitava que o pessedismo *ganhasse* todas as eleições realizadas em Pernambuco até 1958. Esta vinculação entre oposição/voto urbano e situação/voto rural, remete-nos às palavras de um dos contemporâneos e biógrafos de Agamenon Magalhães: "O Sr. Agamenon foi realmente um administrador dinâmico, só a paixão negar-lhe-á o tributo deste reconhecimento. Mas perguntar-se-á, como se explica o ódio que a cidade cruel lhe devota? O caso aqui é outro. A cidade o odeia porque ele a irritou... Ele não buliu só com a liberdade política, a liberdade individual do cidadão; fez mais: mexeu também com um tema bem mais delicado: a liberdade econômica..." [32]

3.3 Alianças e desempenho eleitoral do PSD

Herdeiro da estrutura estadonovista, o Partido Social Democrático foi inegavelmente a maior e a mais importante agremiação partidária do país. Comparado com os demais partidos, a nível nacional o PSD representou sempre uma força majoritária, mesmo tendo, em termos relativos, declinado sensivelmente a sua participação no momento em que o populismo consolidava as suas bases. Se, nas eleições de 1945, o PSD consegue atingir nacionalmente 57,49% do eleitorado, em 1962 essa percentagem se reduz para 29,09%. [33] Apesar do relativo declínio, o PSD foi, durante as diversas legislaturas, o partido que sempre conseguiu fazer um maior número de cadeiras na Câmara Federal. [34]

Ainda a nível federal, os governos pessedistas foram os únicos que representaram um alto grau de estabilidade: Eurico Gaspar Dutra (1946 — 1950) e Juscelino Kubitschek (1956-1960). Em todos os momentos em que outras coligações partidárias assumiram o comando nacional, os mandatos não foram concluídos dentro do prazo institucional. Este seria tanto o caso do segundo governo Vargas (1951-1954), eleito pela aliança PTB-PSP, como o caso do governo udenista de Jânio Quadros (1960-1961).

Em Pernambuco o PSD desempenhou também importante papel, sendo, sem dúvida, a agremiação partidária mais expressiva. Foi ele o único partido que conseguiu dominar o Estado durante várias legislaturas sucessivas. Sua força pode ser constatada a partir de vários indicadores. A nível do Poder Executivo estadual, o PSD consegue ser vitorioso nas eleições de 1947, 1950, 1952, 1954, sendo derrotado apenas a partir de 1958.

QUADRO I

GOVERNOS ESTADUAIS – PERNAMBUCO (1946-1964)

ANOS	GOVERNADORES ELEITOS	CONCORRENTES
1947/50	Barbosa Lima Sobrinho (PSD) (91.985 votos)	Neto Campelo (UDN, dissidência do PSD, PDC) (91.410 votos) Pelópidas Silveira (PSB) (58.155 votos) Eurico Souza Leão (PR) (1.685 votos)
1951/52	Agamenon Magalhães (PSD) (196.880 votos)	João Cleofas (UDN) (186.857 votos)
1953/54	Etelvino Lins (PSD) (211.393 votos)	Osório Borba (PSB) (57.400 votos)
1955/58	Osvaldo Cordeiro de Farias (PSD) (239.315 votos)	João Cleofas (UDN) (203.611 votos)
1959/62	Cid Sampaio (UDN) (311.258 votos)	Jarbas Maranhão (PSD) (210.249 votos)
1963/64	Miguel Arraes (PST) (264.499 votos)	João Cleofas (UDN, PR) (251.146 votos) Armando Monteiro Filho (PRT) (36.499 votos)

Esta mesma predominância pessedista se observa tanto a nível do Senado, quanto da Câmara Federal e Estadual.

QUADRO II

RELAÇÃO DOS SENADORES - PERNAMBUCO 1945-1964

ANO	SENADORES ELEITOS
1945	Etelvino Lins PSD Antônio Novaes Filho PSD
1950	Apolônio Salles PSD
1954	Antônio Novaes Filho PSD-PL Jarbas Maranhão PST-UDN
1958	Antônio Barros Carvalho PTB, UDN, PSP
1962	José Ermírio de Moraes PTB, PTN Francisco Pessôa de Queiroz UDN, PR

No caso do Senado poderíamos afirmar que até 1958 a exclusividade do PSD é absoluta, já que, apesar de Jarbas Maranhão ter sido eleito pela coligação PST-UDN, ele é sem dúvida um pessedista histórico. Por motivos bastante circunstanciais, que serão aprofundados no capítulo seguinte, Jarbas rompe apenas com a secção pernambucana do PSD, regressando logo em seguida para concorrer por este partido às eleições governamentais de 58.

Na Câmara Federal, como demonstra o quadro abaixo, se somarmos todos os deputados do período *1945-1958*, o PSD sozinho alcança maior número do que todos os demais partidos em conjunto. Em 1959, apesar do PSD ser der-

rotado na campanha majoritária (governador e senador), ele consegue expressiva maioria na Câmara Federal. Apenas em 1962 esta correlação se modifica substancialmente, ficando o PTB em primeiro lugar, seguido da UDN.

QUADRO III

NÚMERO DE DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS POR LEGENDA EM PERNAMBUCO 1945/1964

Partidos	ANO					Total
	1945	1950	1954	1958	1962	
PSD	10	09	12	10	03	44
UDN	04	07	04	03	07	25
PTB	—	01	03	06	11	22
PC	03	—	—	—	—	03
PR	01	—	—	—	—	01
PDC	01	01	—	01	01	04
PL	—	01	01	01	—	03
PSP	—	—	—	—	—	—
PSB	—	—	01	01	01	03
PST	—	—	—	—	01	01
- Total -	19	19	21	22	24	

Fonte: Dados do TRE.

Na Assembléia Legislativa Estadual o PSD também é majoritário até as eleições de 1962. Nesta instância, vale salientar a ascensão em 62 do PST e o forte declínio do PTB, numa total inversão do que ocorre na Câmara Federal. Entretanto, o PST é o partido pelo qual concorre — sendo vitorioso — Miguel Arraes ao cargo de governador. Em 1962 ocorre também a primeira aliança entre o PSD e UDN para as eleições legislativas estaduais, que juntos conseguem eleger expressiva bancada. A aliança entre os dois partidos e o crescimento do PST nessas eleições evidenciam que o momento é de redefinição do sistema partidário local.

QUADRO IV

NÚMERO DE DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS POR LEGENDA EM PERNAMBUCO 1945-1964

1947		1950		1954		1958		1962	
Total	55	Total	65	Total	65	Total	65	Total	65
PSD	23	PSD	29	PSD	23	PSD	17	PSD	28
UDN	18	UDN	20	UDN	10	PTB	13	UDN	13
PL		PL		PTB		PRT	10	PST	9
PDC	9	PSP	7	PSP	8	PST	8	PDC	6
PCB	3	PTB	5	PL		UDN	7	PRT	5
PR	1	PDC	2	PDC	5	PDC	2	PR	2
PRP	1	PRP	1	PRT	5	PSP	2	PTN	1
PTB		PST	1	PR	1	PR	2	PSB	1
				PSB	1	PSB	2	PTB	1
						PTN	1		
						PRP	1		

Fonte: Dados do TRE

Apesar de reconhecermos que a nível nacional a organização do PSD esteve intimamente vinculada ao esquema do poder, o que justificaria em certa medida a força que esta organização adquire principalmente nos primeiros anos da redemocratização, no caso pernambucano a sua consolidação é bastante forte, destoando até, em certo sentido, dos demais estados da federação. Conforme o quadro V, é exatamente Pernambuco o *único* estado onde o PSD ganha consecutivamente as eleições governamentais no período 1947-1958. Nos demais estados, ou existe alternância de poder entre PSD, UDN, PTB, PST, ou quando o PSD consegue se fazer governo em eleições sucessivas isto ocorre graças a alianças com outros partidos. Este é o caso do Rio de Janeiro, onde o PSD em coligação com o PTB é vitorioso em todo o referido período.

3.4 O PSD e os demais partidos políticos

Se em Pernambuco o PSD foi um partido mais expressivo do que a UDN, a esta coube, entretanto, um importante papel. Nacionalmente, a União Democrática Nacional lança as suas bases como partido político em reunião na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, no dia 7 de abril de 1945. Reu-

QUADRO V

ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR, PARTIDO E COLIGAÇÃO VITORIOSO
(considerando somente os partidos de maior importância eleitoral: PSD, UDN, PTB, PSP e aqueles que elegeram o governador sem aliança com os anteriores)

ESTADO	1947	1950	1954/55	1958	1960	1962
AM	UDN-PTB	PSD	PTB	PTB	—	PTB
PA	PSD	UDN	PSD-PTB	—	PSD-PTB	—
MA	PTB	PST	?	—	PSD-UDN-PTB	—
PI	UDN	PSD	PSD-PTB	UDN-PTB	—	PSD-UDN
CE	UDN	PSD	PTB-UDN	PSD-PTB	—	UDN-PSD
RN	PSD	PSD	UDN	—	PSD	—
PB	UDN	PSD	UDN-PSD	—	UDN-PTB	—
PE	PSD	PSD	PSD	UDN-PTB	—	PST
AL	PSD	PSD-UDN	PSD	—	UDN	—
SE	PSD-PTB	PSD	UDN	UDN	—	PSD
BA	UDN-PSD	PSD-PTB	UDN-PTB	UDN	—	UDN-PTB
MG	UDN	PSD	PSD	—	UDN	—
ES	UDN-PSD	PSD-PTB	PTB	PSD	—	UDN-PTB
RJ	PSD-PTB	PSD-PTB	PSD-PTB	PTB-UDN	—	PTB
GB	—	—	—	—	UDN	—
SP	PSP-PSD	PSP-PTB	PSB-PTN	PDC-PL	—	PSP-PSD
PR	PRP	UDN-PRP	PDC-PSD	—	PDC-PL	—
SC	PSD-PTB	UDN	UDN	—	PSD	—
RS	PSD	PTB	PSD-UDN	PTB	—	PSD-UDN
MT	PSD	UDN	PSD-PTB	—	UDN	—
GO	UDN	PSD-PTB	PSD	PSD	PSD	—

Fonte: Dados Estatísticos, Tribunal Superior Eleitoral, vol. 1o., 2o., 3o., 4o., 5o., e 6o., Departamento de Imprensa Nacional.

In OLIVEIRA, Lúcia Lippi. 1973. p. 38.

nindo elementos diversos e antagônicos, a UDN tem como bandeira principal a reconquista das liberdades democráticas. A sua principal característica, unificadora de interesses os mais diversos, é o seu espírito anti-Vargas e anti-Estado Novo. A nível nacional, a UDN vai congregar num primeiro momento: as oligarquias destronadas em 30, os antigos aliados de Vargas marginalizados da política depois de 30 ou 37, aqueles que participaram do Estado Novo, mas que se afastaram dele antes de 45, os grupos de forte identificação regional e as esquerdas de um modo geral. [35]

Em Pernambuco ocorre fenômeno similar. Articulada inicialmente pelo grupo de intelectuais pernambucanos oposicionistas ao Estado Novo, a UDN será, por excelência, um partido anti-Agamenon. A sua principal marca não é como ocorre a nível nacional, o antivarguismo. De acordo com o que veremos nos capítulos seguintes, o seu grande inimigo será o PSD; e por questões regionais a UDN, em determinados momentos, aproxima-se de Vargas, indo de encontro às posições dominantes no diretório nacional.

Inicialmente a UDN pernambucana congrega: a) representantes da oligarquia Estácio Coimbra, destronado do governo com a Revolução de 30 — Samuel Hardman, Júlio Bello, Sérgio Loreto Filho, Aníbal Fernandes e outros; b) antigos aliados da Revolução de 30 que se marginalizaram durante o processo revolucionário ou mais precisamente com o golpe de 37, como o ex-governador Lima Cavalcanti, João Cleofas, Thomas Lobo, Luiz Cedro, Alde Sampaio, Edgar Teixeira Leite, Severino Mariz, Osório Borba.

Acompanhando o movimento nacional da UDN, que congregava de início praticamente todos os elementos anti-Estado Novo, em Pernambuco também este partido vai gradualmente se cindindo. De imediato, dois são os grupos que se desvinculam da UDN local: os antigos perrepistas e contra-revolucionários em 30, e alguns elementos mais radicais que vão compor a *Esquerda Democrática da UDN.* O primeiro grupo, cujo maior representante é Eurico Souza Leão, vai ressuscitar o *Partido Republicano,* formalizando o seu afastamento da UDN já em agosto de 1945. A Esquerda Democrática de Pernambuco, também em setembro deste mesmo ano, lança um manifesto-programa afirmando que, além da causa democrática, essa corrente política é também de esquerda porque "sustenta desde logo que a propriedade tem antes de tudo uma função social, não devendo ser usada contra o interesse do coletivo" . . . Define também "um programa de reforma econômica que, por meios democráticos, dê sentido social às indústrias que a comunidade brasileira venha a considerar básicas e às atividades que revistam caráter de serviço público. . ." [36] Inicialmente vinculam-se à Esquerda Democrática Osório Borba, Gilberto Freyre, José Otávio de Freitas Júnior, Eurico Chaves Filho, Mauro Mota, Murilo Costa Rego e outros. Na sua segunda convenção nacional, realizada em julho de 1947, a Esquerda Democrática adota o nome de *Partido Socialista Brasileiro,* [37] que em Pernambuco vai ter em Osório Borba uma das suas figuras de maior destaque.

Possuindo representatividade nas camadas médias tradicionais, moralistas e anti-Estado Novo, a UDN pernambucana, durante todo o período, aglutinava em suas fileiras os setores vinculados ao capital financeiro, os grandes usineiros do Estado, e definia-se por ser um partido contrário ao autoritarismo, às práticas repressivas do Estado Novo e, ao mesmo tempo, representativo dos grupos economicamente mais fortes do estado. Dentre estes poderíamos citar: Costa Azevedo (Usina Catende), Bandeira de Mello (Usina Mussurepe), Pessoa de Queiroz (Usina Santa Teresinha), Alde, Lael e Cid Sampaio (Usina Roçadinho), João Cleofas de Oliveira (usineiro no Estado do Rio e senhor de engenho em Pernam-

buco), Lima Cavalcanti (Usina Pedrosa). Além da penetração na capital pernambucana, o partido exercia maior controle na Zona da Mata (região das usinas e dos engenhos), atingindo também as facções não-dominantes do Agreste e do Sertão que, por questões locais, conflitavam-se com o PSD.

Sempre disputando as eleições com o PSD, a UDN só consegue atingir o governo estadual com a eleição de Cid Sampaio, em 1958. A nível do Executivo federal, o único udenista pernambucano que ocupa o cargo de ministro de Estado é João Cleofas de Oliveira, durante o segundo governo Vargas. Do ponto de vista da bancada pernambucana na Câmara Federal, a UDN representa a segunda força, o mesmo ocorrendo na Assembléia Legislativa Estadual.

A polarização entre essas duas agremiações partidárias será grande, sendo inclusive raras as ocasiões em que se realizam alianças táticas entre elas. Este fato nos fornece elementos para pensarmos a especificidade da política pernambucana, tentando desvendar as diferenças ideológicas entre essas agremiações e sua legitimidade ao nível dos setores sociais ou dos grupos de interesses específicos. De um modo geral, enquanto ao PSD é atribuído um caráter mais conservador, por ser este um partido dos homens do interior, representativo dos "coronéis", a UDN aglutinaria os setores mais liberais, cabendo a este partido a bandeira da modernização. Entretanto, além de considerarmos simplista e mecânica essa vinculação entre conservadorismo e PSD e a modernização e UDN, temos alguns depoimentos que contribuem em certa medida para enriquecer esta polêmica.

Jarbas Maranhão, fundador e vice-presidente do PSD pernambucano, faz uma série de esclarecimentos sobre esta questão: "Acho que o PSD é um partido de tendências mais avançadas e mais progressistas que a UDN. Há um hábito ou um costume de se dizer que o PSD é um partido de homens do interior, dos coronéis do interior, e por isso, então, defenderia uma mentalidade mais conservadora. Não entendo assim. Em cada município onde há um coronel do PSD, havia igualmente um da União Democrática Nacional. . .

A composição do PSD é de juristas, de homens de classe média. A composição da UDN é de homens de empresas, usineiros. Aqui em Pernambuco, de usineiros, industriais, ricos de grande empresas e também do capital financeiro". 38

Em relação à existência de "coronéis" do Agreste e do Sertão nas hostes udenistas, Jarbas Maranhão tem parcialmente razão. Entretanto, a participação deste setor da UDN era bem menos expressiva do que no PSD. Em Pernambuco a UDN tornou-se a única alternativa para acomodar as facções desprestigiadas pelo governo estadual e que disputam o poder local com os chefes pessedistas, estes geralmente com posições de dominação.

A vinculação entre a UDN e os setores economicamente mais fortes, ligados principalmente ao capital financeiro, será veementemente combatida por Cid

Sampaio, um dos seus principais articuladores em Pernambuco. Ao contrário do que afirmava o pessedista Jarbas Maranhão, aquele político considera que em Pernambuco as classes produtoras foram ligadas especialmente ao PSD. "A UDN atingia principalmente a classe média — professores —, tinham alguns poucos industriais udenistas, e essa divisão decorre menos de posição ideológica do que de um comportamento ligado ao interesse econômico. A UDN nunca foi governo em Pernambuco, a não ser quando cheguei ao governo, e as classes produtoras, no geral, apoiam o governo em função da prevalência do interesse econômico, até como instinto de defesa, principalmente quando as estruturas econômicas são frágeis e dependem do governo". 39

Segundo a visão de Cid Sampaio, o que distinguia os homens do PSD e os da UDN era o posicionamento frente ao governo e ao Estado Novo: "A diferença fundamental entre os homens que ficaram na UDN naquela época e os homens que eram do PSD, diferença que se projetou ao longo do tempo, era a aptidão de apoiar o governo a troco de atendimento das aspirações de mando e da ocupação de cargos públicos. Aqueles que quisessem, no período da ditadura, aderir, teriam postos e recompensas. E alguns aderiram. Alguns que haviam reagido inicialmente à instalação do Estado Novo, tinham tomado posição contra, se conformaram e se integraram com ele. E muitos tiveram cargo de relevo". 40

Já o depoimento de Jarbas Maranhão é orientação segundo a divisão clássica que marcou todo o debate político no Brasil nas décadas de 20, 30 e 40, entre a democracia liberal e a democracia social. Segundo um dos maiores expoentes do pessedismo pernambucano, a UDN defendia o liberalismo, a democracia política, enquanto o PSD defendia o intervencionismo estatal visando a consolidação da democracia social: "O grande número de políticos da UDN é constituído de homens do capitalismo industrial e homens do capitalismo financeiro. Expressões do liberalismo econômico. Então lutavam pelas idéias de uma democracia liberal. . . Os homens da UDN reagiam tremendamente contra o intervencionismo estatal. Apenas defendiam o intervencionismo para proteger suas indústrias, os seus negócios. Os homens do PSD compreendiam que o Estado iria se transformar de Estado liberal, em Estado social ou intervencionista, que é o quadro geral no mundo de hoje. Então, por que dizer que o PSD era um partido de homens conservadores ou reacionários diante da UDN? Agora, a composição do PSD, a política do PSD, é de homens que colaboraram, por exemplo, na legislação social, na legislação referente ao direito do trabalho, na legislação de previdência. Há um homem como Agamenon Magalhães, que se preocupou em lutar contra organização de trustes, de cartéis, para defender a livre concorrência, para defender as pequenas e médias empresas do poder avassalador, os trustes. Há homens que se empenharam a fundo pela legislação do trabalho, pela legislação social". 41

Apesar de não pretendermos esgotar aqui esta discussão, gostaríamos de ressaltar que, diferentemente da maioria dos Estados do Brasil, em Pernambuco, é com a UDN que os socialistas, trabalhistas e inclusive comunistas realizam, na

maioria das vezes, suas alianças políticas. Na avaliação feita por estas diversas forças políticas, a UDN representava um possível aliado tático no combate ao que consideravam de mais retrógrado no Estado: o Partido Social Democrático.

Neste rápido perfil sobre o sistema político-partidário pernambucano, cabem algumas palavras sobre o Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil. Se a nível nacional o PTB esteve incluído entre os três principais partidos, em Pernambuco este foi durante largo período um partido totalmente inexpressivo. Absorvido inicialmente pelo PSD, que, graças à política de Agamenon Magalhães, consegue capitalizar as lideranças sindicais, o PTB perde, em parte, a sua principal razão de ser. Por outro lado, a penetração que os comunistas conseguiam na capital fazia com que nas áreas sindicais a polarização se desse entre PSD-PCB. Todavia, no momento em que as forças políticas mais tradicionais do Estado entram em processo de declínio, o PTB pernambucano se fortalece, acompanhando, em certo sentido, o movimento de consolidação do trabalhismo no plano nacional. Conseguindo um maior número de representantes na Assembléia Legislativa Estadual a partir de 1954, o PTB passa a desempenhar desde então o papel de fiel da balança entre os dois principais partidos do Estado. Mas o PTB não seguirá em Pernambuco o compasso que ocorria a nível nacional. Os trabalhistas pernambucanos, na maior parte dos momentos decisivos, se alinharam com os udenistas na frente estadual anti-PSD.

Em julho de 45 compõem a comissão executiva provisória do PTB pernambucano os seguintes elementos: Fiúza Lima (enfermeiro), Ozias Burgos (funcionário público), Vilberto de Melo Carneiro (garçon), Adalberto Fonseca (funcionário público), Gerson Avelino da Silva (comerciário), José Soares da Silva (tecelão). [42] Sem nenhuma tradição de participação política, os trabalhistas de Pernambuco eram nesta fase elementos politicamente sem expressão. [43] Num segundo momento, a maior liderança do PTB em Pernambuco vai ser Barros Carvalho, que, além de senador em 58, será também ministro da Agricultura do governo Kubitschek.

Em setembro de 45 o diretório nacional do PTB indica Getúlio Vargas e Agamenon Magalhães, respectivamente, para presidente e vice-presidente de honra do partido. Enquanto Vargas atua politicamente como linha auxiliar deste partido, não só adotando uma estratégia de alinhamento com o trabalhismo e até sendo lançado candidato a presidente da República pela aliança PSP-PTB, o mesmo não pode ser dito em relação ao chefe político pernambucano. A política desenvolvida por Agamenon Magalhães em Pernambuco será um entrave para o crescimento do partido trabalhista.

Quanto ao Partido Comunista, a sua presença será marcante na política pernambucana, principalmente no curto período em que se mantém na legalidade (45-47), assim como em fins da década de 50 e inícios da de 60. Inicialmente com grande penetração na capital pernambucana e municípios vizinhos, o PCB só atinge a zona rural quando, no início dos anos 60, os movimentos sociais eclodem nesta região.

Em junho de 45 os comunistas elegem o seu comitê estadual provisório, composto por: Gregório Bezerra, Antônio Marques da Silva, Sindulfo Correia Josué, Manuel Geraldo e Severino Marinho de Carvalho. [44] Durante o curto período em que se mantém na legalidade, o PC em Pernambuco aumenta o seu número de militantes de 100 para 20 mil. Nas eleições presidenciais de 45 o candidato comunista Yedo Fiúza obtém no chamado Grande Recife (Recife e municípios vizinhos) 40% dos votos, e nesta mesma data o PCB elege 3 deputados para a Câmara Federal. Na ocasião, o líder comunista Gregório Bezerra é o segundo mais votado em todo o Estado, só superado pelo udenista João Cleofas de Oliveira. Nas eleições municipais de 47 o partido elege 11, numa bancada de 25. Para a assembléia estadual os comunistas fazem 9 deputados, dentro de uma bancada de 55 deputados, sendo a terceira legenda mais votada depois do PSD e da Coligação Pernambucana (UDN-PDC-PL). [45]

O PCB ressente-se da ilegalidade e da forte repressão que sofre no Estado, mas gradativamente vai ganhando fôlego para se consolidar como expressiva força política nos últimos anos do regime democrático. Mesmo na ilegalidade, esse partido terá durante todo o período uma grande importância na chamada "Frente do Recife". Essa frente, mesmo sem existência institucional, representava uma força concreta nas articulações políticas do Estado, e seu grande desempenho se dá nas eleições de 1958. Contando com a participação de comunistas, socialistas, trabalhistas e liberais independentes, os candidatos apoiados pela Frente do Recife vencem na capital pernambucana quase todos os pleitos eleitorais realizados no Estado no período que vai de 1945 a 1964. [46]

Segundo depoimento do líder comunista Paulo Cavalcanti, "A Frente do Recife, que num período de quinze anos venceu dezesseis pleitos majoritários na capital pernambucana para presidente da República, governador de Estado, senador e prefeito da cidade, perdendo somente para Jânio Quadros, tem suas origens, a rigor, nas agitações de 30. Ainda que informalmente, data dos tempos da legenda "Trabalhador, ocupa teu posto", quando das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte de 1933. As forças de esquerda e inúmeros democratas se juntaram então para sufragar o nome de Cristiano Cordeiro a deputado federal, dando-lhe votos que sozinho o Partido Comunista não teria condições de obter em seus próprios redutos". [47] Nesta ocasião, Cristiano Cordeiro, um dos fundadores do PCB a nível nacional, é o deputado constituinte mais votado no Estado (eleições de 1933), mas por razões políticas não chega a obter o diploma.

Além destas havia outras agremiações menores no Estado, que alternavam seu apoio em torno de um dos dois maiores partidos: PSD e UDN.

O Partido Socialista Brasileiro, ao qual já nos referimos anteriormente, em momento algum se alinha com o pessedismo. Inclusive, mesmo nas eleições de 52, quando a situação de emergência provocada pela morte de Agamenon Magalhães une os partidos em torno do PSD, o Partido Socialista, numa nítida pos-

tura de marcar sua independência partidária, lança candidato próprio, recebendo apoio apenas dos comunistas.

Circunstancialmente, os chamados pequenos partidos conseguiam projeção um pouco maior, principalmente em função de cisões internas nas hostes pessedistas, acarretando o ingresso dos elementos dissidentes nestas agremiações. Este é o caso, por exemplo, de Novaes Filho, que, ao romper com o PSD na sucessão estadual de 1947, ingressa no Partido Libertador. O mesmo ocorre com Osvaldo Lima, chefe político do interior, um dos homens fortes do Estado Novo, que em 1950 rompe com o PSD e passa a ser a figura central do PSP. O Partido Democrata Cristão também é articulado por um grupo de antigos aliados de Agamenon Magalhães, entre estes o Padre Arruda Câmara, que no momento de implantação do Estado Novo incompatibiliza-se com a política do interventor e torna-se uma das principais expressões da democracia cristã em Pernambuco. Participaram, juntamente com ele, do diretório estadual do PDC, os professores Andrade Bezerra, Barreto Campelo, José Lourenço de Lima, Luís Guedes Alcoforado e mais, Arlindo Dubeux e Antônio Cardoso da Fonte. [48] Nas eleições de 46 o PDC se alia à UDN, formando a "Coligação Pernambucana".

Em linhas gerais, este é o quadro político-partidário do Estado. Sem dúvida, o grande divisor de águas da política estadual era Agamenon Magalhães, assim como Vargas o era na política brasileira. Mas Agamenon era um homem de partido, e isto contribui em muito para definir o perfil do PSD pernambucano que, paradoxalmente, será tão mais forte na medida em que o personalismo de seu chefe maior consiga se impor como fator de agregação e de direção.

Instrumento privilegiado de atuação da elite estadonovista, o PSD, principal e mais eficiente partido de Pernambuco, será analisado nos capítulos seguintes. Cabe registrar também que o sistema partidário pernambucano é bastante específico e, portanto, as polarizações e coalizões ali realizadas vão diferir em muito do que ocorria na esfera nacional.

NOTAS DE REFERÊNCIA

1 CARONE, Edgar, 1976.

2 Jornal do Commercio (RE) 4/3/45.

3 Sobre as diversas tentativas de criação de partidos nacionais ver meu artigo in GOMES, Ângela Maria de Castro (1980) especialmente, ps. 359 a 368.
Sobre a discussão em 1945 entre partidos regionais e partidos nacionais ver PEIXOTO, Ernâni Amaral. (depoimento 1977). Rio, CPDOC, FGV, História Oral.

4 Discurso de posse de Agamenon Magalhães no Ministério da Justiça, Jornal do Commercio (RE) 4/3/1945.

5 FRANCO, Afonso Arinos de Melo (1974).

6 Para um maior aprofundamento desta questão, ver LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil (1978) e (1983) particularmente Capítulo II; SOUZA, Maria do Carmo Campello de (1976) particularmente Capítulo V; KINSO, Maria D'Alva Gil (1980). Os dois primeiros autores discutem amplamente o artigo 58 da Constituição Federal de 1946, estabelecendo o número de cadeiras da Câmara de Deputados e sua relação com o número de deputados que cada estado poderia eleger. Segundo os limites fixados pelo artigo 58, enquanto os grandes Estados seriam sub-representados, os Estados de baixa população estariam sobre-representados.

7 Jornal do Commercio (RE) 12/10/1945.

8 Esta era a fórmula proposta pelo candidato oposicionista a presidente da República Eduardo Gomes. Maiores detalhes sobre este momento ver CARONE, Edgar (1976).

9 SOUZA, Maria do Carmo Campello de, 1976, p. 122.

10 Mensagem de Agamenon Magalhães ao povo pernambucano. Jornal do Commercio (RE) 2/3/1945.

11 Discurso de posse do interventor Etelvino Lins. Jornal do Commercio (RE) 6/3/1945. (grifos nossos).

12 Jornal do Commercio (RE) 5/3/1945

13 Sobre o episódio de 3 de março ver as excelentes reportagens de LEITE, Ronildo Maia no Diario de Pernambuco (RE) 11/3/79, 18/3/79, 25/3/79, 1/4/79, 29/4/79, 6/5/79, 13/5/79, 20/5/79.

14 Jornal do Commercio (RE) 4/3/1945.

15 Idem. É importante registrar que o Diario de Pernambuco pertencia ao grupo "Diários Associados", dirigido por Assis Chateaubriand.

16 LAMOUNIER, Bolivar e CARDOSO, Fernando Henrique. 1975 p. 17.

17 SOARES, Gláucio A. Dillon. 1973.

18 SOUZA, Maria do Carmo Campello de. 1976. p. 13.

19 LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. 1983 e 1978.

20 SOUZA, Maria do Carmo Campello de. 1976.

21 MICELI, Sérgio, 1981. p. 559.

22 CARONE, Edgard. 1970. p. 186

23 OLIVEIRA, Lúcia Lippi. 1973 p. 17. Sobre o PSD ver OLIVEIRA, Lúcia Lippi. 1973 e sobre a UDN ver BENEVIDES, Maria Vitória. 1980

24 PORTO, José Costa. José Costa Porto (depoimento 1980) Rio, FGV, CPDOC. História Oral.

25 LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho (depoimento 1978) Rio, FGV, CPDOC, História Oral. p. 265.

26 Jornal do Commercio (RE) 9/7/1945.

27 Idem

28 Sobre a composição do diretório estadual do PSD pernambucano ver LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho (depoimento 1978) Rio, FGV, CPDOC, História Oral. p. 226, 267 e LAVAREDA, José Antônio. 1978.

29 SAMPAIO, Cid. Cid Sampaio (depoimento) Rio, FGV, CPDOC. História Oral.

30 VILAÇA, Marcos Vinicios e ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. 1978.

31 Idem.

32 LIMA FILHO, Andrade. 1948. ps. 34 e 35

33 OLIVEIRA, Lúcia Lippi. 1973. p. 17.

34 SOUZA, Maria do Carmo Campello de. 1976.

35 Sobre a UDN ver BENEVIDES, Maria Vitória. 1980.

36 Manifesto Programa da Esquerda Democrática de Pernambuco, in Jornal do Commercio (RE), 21/9/1945.

37 BENEVIDES, Maria Vitória. 1980.p. 46

38 MARANHÃO, Jarbas. Jarbas Maranhão. Depoimento. Rio, FGV, CPDOC História Oral.

39 SAMPAIO, Cid. Cid Sampaio. (Depoimento), Rio, FGV, CPDOC, História Oral.

40 Idem.

41 MARANHÃO, Jarbas. Jarbas Maranhão. (Depoimento). Rio, FGV, CPDOC. História Oral.

42 Jornal do Commercio (RE) 10/7/1945.

43 LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, (Depoimento) 1978. Rio, FGV, CPDOC, História Oral. p. 272.

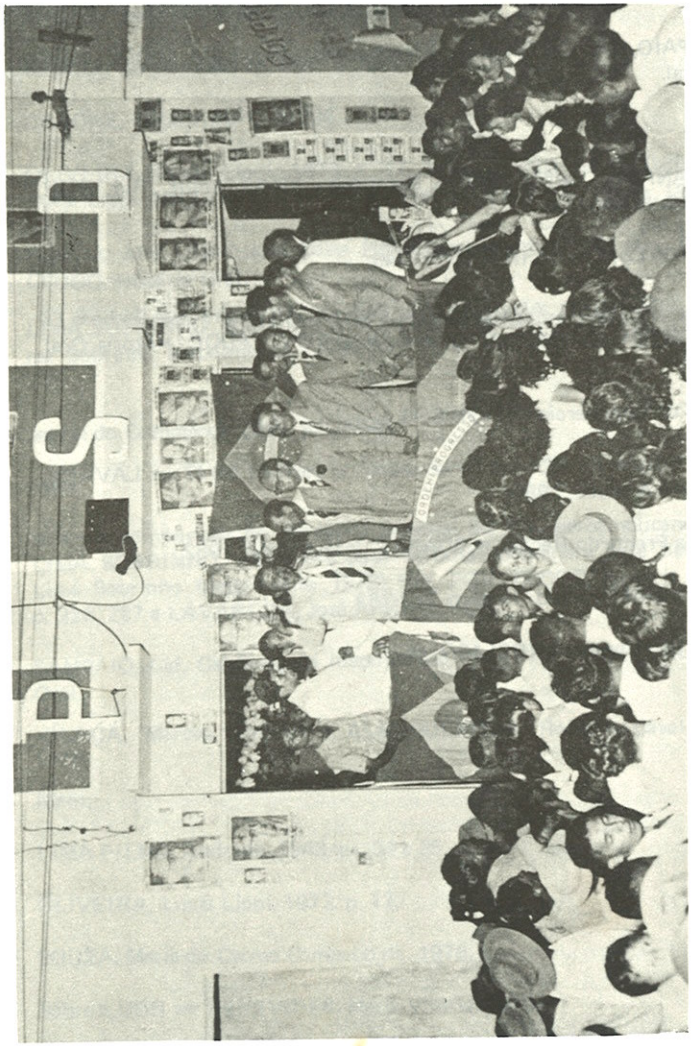
44 Jornal do Commercio (RE) 28/6/45.

45 Sobre o papel do PCB em Pernambuco no período 45/47 ver LAVAREDA, José Antônio. 1980.

46 Sobre a Frente do Recife ver SOARES, José Arlindo. 1982.

47 CAVALCANTI, Paulo. 1978. p. 262-263.

48 Jornal do Commercio (RE) 10/7/45



Campanha de Agamenon Magalhães para o Governo do Estado de Pernambuco. Tabira, 1950.

CAPÍTULO IV

A CONSOLIDAÇÃO DO PESSEDISMO EM PERNAMBUCO (1945 – 1952)

1. AS ELEIÇÕES DE 1945: A PRIMEIRA VITÓRIA DO PSD

Com a deposição de Vargas em 29 de outubro de 1945 uma série de transformações ocorrem na política brasileira. Em Pernambuco o interventor Etelvino Lins é substituído pelo desembargador José Neves, presidente do Tribunal de Apelação do Estado. Este toma posse a 4 de novembro, e sua nomeação é vista inicialmente de forma satisfatória pelas diversas correntes políticas. José Neves era um antigo juiz da capital pernambucana sem maiores vinculações partidárias, tendo assumido publicamente o compromisso de manter uma política de neutralidade face ao pleito eleitoral.

Entretanto, as insatisfações por parte do grupo vinculado ao Estado Novo iniciam-se ainda no mês de novembro, quando o interventor, respaldado no decreto-lei no. 8188, substitui por juízes de direito os prefeitos de numerosos municípios. [1] Ao todo, essas substituições da ordem de 26 municípios, alguns de forte potencial eleitoral, representam uma cunha na articulação pessedista, já que era este o partido detentor do controle da máquina político-administrativa. Conforme havíamos visto anteriormente, uma das preocupações centrais da elite estadonovista havia sido ganhar os prefeitos e os chefes políticos do interior para o esquema do PSD.

Apesar do decreto-lei no. 8188 vir um pouco tardiamente, ou seja, a menos de 15 dias das eleições presidenciais, a sua intenção era bastante clara. Segundo o seu artigo 1o., "são afastados do exercício dos seus cargos, desde a data da presente lei até 3 de dezembro do corrente ano, todos os prefeitos municipais